Prédio passava por adequações

CARLOS ROLLSING
carlos.rollsing@zerohora.com.br

O prédio da Secretaria da Segurança Pública (SSP) tinha Plano de Prevenção e Proteção Contra Incêndio (PPCI) aprovado integralmente pelo Corpo de Bombeiros Militar em 6 de maio de 2018. Mais de três anos após a chancela do documento técnico, contudo, a execução das melhorias não encontrava-se finalizada.

O PPCI previa cronograma de um semestre de intervenções para adequar o edifício e, atualmente, a SSP cumpria o segundo mês da qualificação estrutural. A execução teve início em maio de 2021. A empresa Dunamis Construções e Equipamentos, de Novo Hamburgo, foi contratada para prestar os serviços de execução do PPCI, tendo valor de contrato definido em R$ 1.426.998,79.

No momento, as melhorias estavam focadas na substituição de motores de pressurização, exaustão de fumaça das escadas de incêndio e casa de máquinas para os motores. Extintores, iluminações e sinalizações já haviam sido feitos. O engenheiro Diego Ferraz de Campos era o responsável técnico pelas obras. Ele estima que a conclusão dos trabalhos ocorreria no final de outubro.

– Faltava executar cerca de 65% do contrato – diz Campos.

A instalação dos sprinklers, chuveiros suspensos pelos forros das edificações para ajudar no combate ao fogo, não estava prevista no projeto, diz o engenheiro.

Para Gustavo Rocha, diretor do Sindicato dos Engenheiros do RS (Senge-RS) e especialista em segurança contra incêndio, o transcurso de três anos entre a aprovação e a execução de um PPCI pode torná-lo "deficitário" caso surjam alterações no edifício:

– Uma série de medidas foram identificadas e, por três anos, não foram contempladas. Do ponto de vista da segurança, isso é uma fragilidade. A pergunta que temos de nos fazer é por que um prédio com PPCI, seja ele executado ou não, pega fogo dessa maneira? Os incêndios do Mercado Público de Porto Alegre, do CT do Flamengo e do Museu Nacional começaram pela instalação elétrica. Se for confirmado, neste caso, que a origem foi na instalação elétrica, pelo forro, é imperativo colocar atenção nisso. Hoje as exigências legais do PPCI não contemplam a inspeção das instalações elétricas.

O coronel César Eduardo Bonfanti, comandante do Corpo de Bombeiros, destacou que o prédio dispunha de equipamentos para retirar trabalhadores da SSP dos andares mais elevados.

– O prédio da secretaria contava com duas escadas protegidas, e isso é fundamental para a saída das pessoas. Isso facilitou a retirada – avaliou.

A assessoria da SSP explicou que Bonfanti referia-se às escadas laterais do edifício, em frente aos elevadores, com portas corta-fogo em todos os andares.

O que funcionava no local

Prédio da SSP foi destruído pelas chamas em incêndio que se iniciou na noite de quarta-feira. Estrutura abrigava setores administrativos de diversos órgãos estratégicos do Estado. Fogo foi controlado no começo da manhã desta quinta-feira.

LAURO ALVES, AGÊNCIA RBS

Causa será "presumida"

ADRIANA IRION
adriana.irion@zerohora.com.br

Em razão da destruição causada pelo incêndio, é possível que a causa do fogo que consumiu o prédio da Secretaria da Segurança Pública só possa ser presumida pela perícia. O motivo é o fato de o ponto de origem das chamas, identificado por testemunhas como sendo o quarto andar, não existir depois dos desabamentos.

– Com a observação dos pontos de colapso e de níveis de destruição, os peritos criminais podem detalhar a dinâmica do incêndio e do desabamento. Já a causa do incêndio, considerando a inexistência material de seu ponto de origem, poderá, muito provavelmente, apenas ser presumida – explicou a diretora-geral do IGP, Heloisa Helena Kuser.

A Polícia Civil abriu inquérito para apurar as circunstâncias do incêndio. A investigação será conduzida pelo delegado Daniel Ordaih, da 17ª Delegacia da Polícia Civil. Ele esteve no local durante a madrugada. Os primeiros depoimentos já estavam ocorrendo ontem. Pelo menos cinco servidores da Superintendência dos Serviços Penitenciários (Susepe) estavam no andar em que as chamas começaram a se alastrar.

O fato colocado na ocorrência, inicialmente, é de "incêndio culposo", mas, como nenhuma hipótese pode ser descartada, a verificação do caso também passará pela possibilidade de incêndio criminoso.

SUA SEGURANÇA

HUMBERTO TREZZI humberto.trezzi@zerohora.com.br

Edifício morreu ou foi assassinado?

Chocantes as imagens da sede da Secretaria da Segurança Pública do Rio Grande do Sul (SSP), transformada em tocha. O grande desafio, para peritos e policiais, é descobrir se o edifício morreu por alguma negligência, imperícia ou imprudência (crime culposo) ou foi assassinado.

Sim, incêndios propositais matam prédios. Por se tratar de um local estratégico no combate ao crime, natural que uma das principais hipóteses seja de que o fogo tenha sido premeditado.

Nos nove andares funcionavam o Departamento de Comando e Controle Integrado (DCCI), que controla câmeras de vigilância e o telefone 190, a Susepe e Seapen (que centralizam o sistema penitenciário estadual), a parte administrativa do Instituto-Geral de Perícias (IGP) e o Detran, entre outras repartições nevrálgicas.

Trabalhei nesse edifício, temporariamente, nos longínquos anos 1980, logo após me formar em Jornalismo. Fazia textos para a assessoria de imprensa da Rede Ferroviária Federal S.A. (RFFSA), cuja sede ficava ali. O prédio era escuro, soturno, mas não estava entre os mais antigos da cidade. Foi erguido entre 1972 e 1974, no pátio de vagões da antiga rede ferroviária.

Com a privatização da RFFSA, a estrutura foi sendo desocupada, mas ainda não havia ideia de que fosse cedida ao Estado para qualquer função. Até então, a Secretaria da Segurança Pública funcionava no Centro Administrativo, aquele em formato piramidal, junto à Perimetral.

Por volta de 1995, José Fernando Eichenberg, titular da SSP no governo Antônio Britto (PMDB), retirou a secretaria do Centro Administrativo e a colocou em um edifício da Rua Sete de Setembro, no Centro. Ali ficou até o fim daquele governo.

Olívio Dutra (PT) ganhou a eleição em 1998, e o seu secretário da Segurança Pública, José Paulo Bisol (que faleceu há poucos dias), decidiu, em 2002, solicitar ao governo federal a cessão da antiga sede da RFFSA para centralizar a parte administrativa dos serviços policiais. Conseguiu. Mas o logotipo da RFFSA permaneceu em alguns pontos do edifício, a transmitir história a seus novos donos.

Bisol levou junto a ele o chefe da Polícia Civil e o comandante da Brigada Militar (BM) para o novo prédio. Era simbólico, pretendia incutir a ideia de uma só polícia. A iniciativa durou só até o fim do governo Olívio. Policiais civis e militares relutavam em unificar suas sedes. A rivalidade entre as corporações era histórica, lembra o ex-dirigente da Susepe na época (e também ex-secretário da SSP), promotor Airton Michels.

Os governos que se sucederam voltaram a descentralizar os comandos das polícias, mas algumas funções permaneceram unificadas. Trabalhos de inteligência e monitoramento de escutas telefônicas, por exemplo, permaneceram centralizados no prédio da SSP. E as chefias do IGP, do Detran e do sistema penitenciário foram para o edifício. Que agora morreu – ou foi morto.

GZH Veja vídeo do edifício em chamas: gzh.rs/fogossp

SEGUE